

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	318.949	351.695
Contas a Receber de Clientes	5	19.906	13.996
Créditos Fiscais	6	79.293	13.873
Valores a Receber	7	23.956	28.028
Outros Ativos		4.165	685
		446.269	408.277
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	7	54.661	59.551
Depósitos Judiciais	8	625.601	606.901
Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Créditos Fiscais	6	11.331	-
Outros Ativos		421	483
		985.229	960.150
Propriedade para Investimento	10	14.297	27.547
Imobilizado	11	775.887	799.017
		1.775.413	1.786.714
Total do Ativo		2.221.682	2.194.991

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			
Fornecedores		4.852	5.720
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	12	32.188	13.435
Obrigações Tributárias	13	238.073	191.448
Obrigações Contratuais	14	10.389	22.816
Benefícios Pós Emprego	15	24.375	24.386
Receitas Diferidas		-	4.691
		309.877	262.496
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	13	1.000.407	1.050.123
Obrigações Contratuais	14	-	1.224
Benefícios Pós Emprego	15	269.403	299.170
Provisão Para Contingências	16	932.507	1.097.112
Adiant. Futuro Aumento de Capital	17	319.198	299.402
		2.521.515	2.747.031
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	2.455.537	2.455.537
Outros Resultados Abrangentes		70.640	46.485
Prejuízos Acumulados		(3.135.887)	(3.316.558)
		(609.710)	(814.536)
Total do Passivo		2.221.682	2.194.991

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Trimestre Atual 01/07/2022 a 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 a 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 a 30/09/2021
Operações Continuadas					
Receita Operacional Líquida	19	191.127	575.424	284.268	754.317
Custos da Operação	20	(52.038)	(117.027)	(48.915)	(108.816)
Lucro Bruto		139.089	458.397	235.353	645.501
Resultado Operacional					
Despesas Gerais e Administrativas	21	(55.878)	(170.998)	(49.280)	(170.486)
Depreciação		(7.641)	(20.201)	(6.283)	(18.909)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(255.497)	(434.535)	(70.299)	(113.238)
Outras Receitas Operacionais		4.168	15.122	28.929	35.728
Outras Despesas Operacionais		(1)	(11)	(2)	(102)
		(314.849)	(610.623)	(96.935)	(267.007)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(175.761)	(152.226)	138.418	378.494
Resultado Financeiro					
Resultado Financeiro Líquido	23	23.795	(54.365)	(23.414)	(84.371)
Resultado Antes dos Tributos		(151.966)	(206.591)	115.004	294.123
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro					
Imposto de Renda	24	(17.911)	(38.097)	-	-
Contribuição Social	24	(6.450)	(13.721)	-	-
		(24.361)	(51.818)	-	-
Resultado do Exercício		(176.327)	(258.409)	115.004	294.123
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484	1.222.461.484	1.222.461.484
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,12)	(0,17)	0,09	0,24

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Trimestre Atual 01/07/2022 a 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 a 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 a 30/09/2021
Resultado Líquido do Período	(176.327)	(258.409)	115.004	294.123
Outros Resultados Abrangentes	(5.723)	70.640	21.010	37.461
Ganhos (perdas) Atuariais em Planos de Pensão 15	(5.723)	70.640	21.010	37.461
Resultado Abrangente do Período	(182.050)	(187.769)	136.014	331.584

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2022 A 30/09/2022

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.537	46.485	(3.316.558)	(814.536)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	439.080	439.080
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	24.155	-	24.155
Resultado do Exercício	-	-	(258.409)	(258.409)
Saldos em 30 de setembro de 2022	2.455.537	70.640	(3.135.887)	(609.710)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2021 A 30/09/2021

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	2.455.537	(5.073)	(3.150.836)	(700.372)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(12.909)	(12.909)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	42.533	-	42.533
Resultado do Exercício	-	-	294.123	294.123
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.455.537	37.460	(2.869.622)	(376.625)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 a 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 a 30/09/2021
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	(258.409)	294.123
(+) Outros Resultados Abrangentes	24.155	42.533
(+) Ajustes de Resultados Anteriores	439.080	(12.911)
(+) Depreciação e Amortização	51.797	48.484
(+) Baixas do Imobilizado	-	6.363
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	19.796	10.354
(+) Provisão para Contingências	(164.605)	6.014
(+) Benefícios Pós Emprego	(29.778)	(32.357)
(-) Receitas Diferidas	(4.691)	(7.021)
Resultado Ajustado	77.345	355.582
Variações no Ativo		
Contas a Receber	(5.910)	17.628
Estoques	-	582
Créditos Fiscais	(76.751)	(77.741)
Outros Valores a Receber	8.962	(1.550)
Depósitos Judiciais	(18.700)	(42.914)
Outros Ativos	(3.418)	(2.986)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(868)	966
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	18.753	10.269
Obrigações Tributárias	(3.091)	63.597
Obrigações Contratuais	(13.651)	(74.185)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(17.329)	249.249
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(15.417)	(9.767)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(15.417)	(9.767)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(32.746)	239.483
Caixa e Equivalentes no Início do Período	351.695	60.994
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	318.949	300.477

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 a 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas	623.120	802.676
Tarifas Portuárias	76.903	82.890
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	510.805	707.062
Provisão para Perdas Estimadas	(35.960)	(23.675)
Reversão de Provisões	71.372	36.399
Insumos Adquiridos de Terceiros	(497.392)	(163.870)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(28.160)	(30.350)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(459.120)	(118.253)
Outros custos	(10.112)	(15.268)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	125.728	638.806
Depreciação e Amortização	(51.797)	(48.484)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	73.931	590.321
Valor adicionado recebido em transferência	51.323	16.439
Receitas financeiras	48.496	16.358
Outras	2.827	81
Valor adicionado a distribuir	125.254	606.760
Distribuição do valor adicionado	125.254	606.760
Pessoal	171.436	168.898
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	82.935	71.017
Benefícios	23.708	40.733
Benefícios Pós-emprego	13.710	13.160
FGTS	7.194	6.524
INSS	22.815	21.279
Provisões	20.490	15.031
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	584	1.154
Tributos	55.667	3.669
Federais	53.330	971
Estaduais	88	247
Municipais	2.249	2.451
Remuneração de capitais de terceiros	156.560	140.070
Despesas financeiras	102.861	100.729
Contratos	53.699	39.340
Resultado do Exercício	(258.409)	294.123

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 30 de setembro de 2022, em prejuízo no montante de R\$ 258.409 mil (prejuízo de R\$ 165.722 mil em 31 de dezembro de 2021), em especial pela constituição de provisão para contingências judiciais.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto

prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

3.5 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS, COFINS Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

3.6 Depósitos Judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.7 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção Marítima	2%	Silo	4%
Berço e Cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias Internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha Férrea	4%		

Bens da Administração			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de Informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas Aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e Equipamentos	Entre 10 e 20%	Veículos	12%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

3.9 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

3.10 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.11 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.12 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

3.14 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES

Trata-se de investimentos em renda fixa – Operações Compromissadas CAC – e saldos bancários disponíveis em contas ativas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal:

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo Banco do Brasil	318.949	351.567
Saldo Caixa Econômica Federal	-	128
Totais	318.949	351.695

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	30/09/2022			31/12/2021		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	209.830	(192.891)	16.939	177.488	(167.526)	9.962
Porto de Itaguaí	11.008	(9.491)	1.517	10.721	(9.358)	1.363
Porto de Niterói	4.658	(3.534)	1.124	1.755	(364)	1.391
Porto de Angra	357	(31)	326	1.466	(186)	1.280
Totais	225.853	(205.947)	19.906	191.430	(177.434)	13.996

6 – CRÉDITOS FISCAIS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	53.580	10.808	8.332	-
Contribuição Social	18.498	3.065	2.999	-
PIS/PASEP	1.279	-	-	-
COFINS	5.936	-	-	-
Totais	79.293	13.873	11.331	-

Trata-se, no curto prazo, de créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, além do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras. No longo prazo, os valores são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente ao exercício de 2021.

7 – VALORES A RECEBER

Os grupos Valores a Receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Município do Rio de Janeiro	7.396	7.105	49.524	47.581
Acordos – Créditos a Receber	12.437	10.907	5.137	11.970
Servidores Cedidos a Outros Órgãos	1.481	6.422	-	-
Convênio CDRJ x INEA	-	1.200	-	-
Outros Valores a Receber	2.642	2.394	-	-
Totais	23.956	28.028	54.661	59.551

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Triunfo Logística Ltda., Pennant Serviços Marítimos Ltda., Prestomar Serviços Marítimos Ltda., Astromarítima Navegação S/A, Preamar Serviços Marítimos Ltda., TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis e RLOG Logística e Agenciamento Marítimo. O grupo também registra o Termo de Reconhecimento de Dívida, firmado com a empresa N2O Tecnologia da Informação, pela devolução de valores pagos a maior no Contrato CDRJ nº 057/2016.

Servidores Cedidos a Outros Órgãos compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da CDRJ a diversos órgãos e entidades públicos.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado. Entretanto, considerando que a ação não foi proposta dentro dos prazos legais, o saldo foi classificado como Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa em 30 de setembro de 2022.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2022	31/12/2021
Ações Judiciais – Leasing	247.416	244.536
Bloqueios em Conta Corrente	162.719	157.993
Ações Judiciais - Portus	27.314	42.685
Recursos Interpostos	17.389	16.547
Ações Judiciais – VPNI	40.947	39.985
Outras Ações Judiciais	129.816	105.155
Totais	625.601	606.901

Ações Judiciais – Leasing são valores penhoras na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a CDRJ possui junto ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Santander e à Caixa Econômica Federal.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos:

0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí

Recursos Interpostos registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 83 (oitenta e três) itens patrimoniais distribuídos entre 35 (trinta e cinco) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 843.293 mil (R\$ 935.466 mil em 2021).

11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Valor contábil em 01/01/2022			Movimentação - 1º ao 3º Trimestres de 2022				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Reclassif.	Dep.	
Bens em Operação	922.250	(262.280)	659.970	908	-	-	(45.623)	615.255
Bens da Administração	159.575	(47.702)	111.873	1.103	-	13.250	(6.174)	120.052
Imob. em Andamento	29.689	(2.515)	27.174	13.406	-	-	-	40.580
Totais	1.111.514	(312.497)	799.017	15.417	-	13.250	(51.797)	775.887

A reclassificação de R\$ 13.250 mil é relativa à transferência de itens estavam registrados na conta Propriedades para Investimentos para o grupo do Imobilizado.

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações correntes devidas a empregados ativos, aposentados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria estatutário, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	30/09/2022	31/12/2021
Remunerações	7.533	6.003
Consignações	307	264
Mesada Judicial	90	86
Provisões e Encargos	24.258	7.082
Totais	32.188	13.435

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IPTU	13.776	13.193	-	-
ISS	87	51	477.604	489.772
Parcelamentos	130.026	123.066	522.803	560.351
PASEP/COFINS	5.503	3.377	-	-
IR e CSLL	47.870	11.507	-	-
INSS/FGTS	4.946	4.206	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	28.699	29.006	-	-
Outros	346	222	-	-
Totais	238.073	191.448	1.000.407	1.050.123

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de quatro processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, além de uma execução fiscal do Município de Itaguaí – RJ em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **PASEP/COFINS** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de **IR e CSLL** compreende o valor dos tributos apurados sobre o Lucro Real, conforme informações da nota explicativa nº 24. Os pagamentos mensais ocorrem pelo faturamento bruto ou pelo levantamento do balancete.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da CDRJ, tais como taxa de ocupação e aforamento.

14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento de Cliente	2.669	2.572	-	-
Expansão Terminal 1	7.651	16.281	-	1.224
Outros	69	3.963	-	-
Totais	10.389	22.816	-	1.224

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contribuições Correntes	629	1.623	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	23.746	22.763	203.752	204.122
Déficit Atuarial	-	-	65.651	95.048
Totais	24.375	24.386	269.403	299.170

O déficit atuarial da CDRJ, apontado no balanço patrimonial, de R\$ 293.149 mil (R\$ 321.933 mil em 2021), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão divulgadas na página eletrônica da CDRJ, em relatório específico.

16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2022	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 30/09/2022
Ações Trabalhistas	164.980	(18.506)	160.139	(136.199)	170.414
Ações Cíveis	525.339	(14.899)	210.104	(4.278)	716.266
Ações Tributárias	406.793	6	111.908	(472.880)	45.827
Totais	1.097.112	(33.399)	482.151	(613.357)	932.507

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

16.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 189.036 mil (R\$ 236.692 mil em 31/12/2021), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 46.438
- Ações Cíveis - R\$ 142.598
- Ações Tributárias - R\$ -

17 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	30/09/2022	31/12/2021
Repasso ao Portus (2013 a 2016)	227.368	208.771
Repasso para Investimentos	90.428	89.343
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	2
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.401	1.286
Totais	319.198	299.402

18 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.150.765	611.150.763	1.222.301.528
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	611.230.744	611.230.740	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

19 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita com Arrendamentos	181.799	548.475	285.279	738.747
Receitas Tarifárias	28.906	84.247	28.789	89.908
Impostos Federais	(18.342)	(53.989)	(29.538)	(73.593)
Impostos Municipais	(1.236)	(3.309)	(262)	(745)
Receita Líquida	191.127	575.424	284.268	754.317

20 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal e Encargos	31.626	57.017	27.006	47.512
Manutenção	3.493	14.856	6.728	18.440
Serviços de Terceiros	113	2.498	1.248	4.387
Depreciação e Amortização	11.951	31.597	9.827	29.576
Provisões	4.618	8.923	3.269	6.548
Impostos e Taxas	237	2.136	837	2.353
Totais	52.038	117.027	48.915	108.816

21 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal e Encargos	27.620	93.929	25.105	106.354
Manutenção	7.769	18.446	6.434	17.504
Serviços de Terceiros	498	1.755	777	2.524
Legais, Judiciais e Contratuais	18.970	53.836	14.288	39.547
Impostos e Taxas	525	1.809	1.249	1.745
Outras	496	1.223	1.429	2.813
Totais	55.878	170.998	49.280	170.486

22 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
PECLD	1.575	(26.765)	481	(21.475)
Provisão de Férias	16	(5.087)	2.155	1.355
Provisão para o 13º Salário	(1.198)	(4.857)	(389)	(5.504)
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	(68)	(299)	(16)	(338)
Provisão para Contingências	(255.822)	(397.527)	(72.530)	(87.276)
Totais	(255.497)	(434.535)	(70.299)	(113.238)

23 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas Financeiras	25.289	48.496	9.058	16.358
Despesas Financeiras	(1.494)	(102.861)	(32.472)	(100.729)
Totais	23.795	(54.365)	(23.414)	(84.371)

24 – CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL	(206.591)
<u>Adições</u>	
Provisão para Contingências	458.379
Autos de Infração	97
PECLD	35.960
Total das Adições	494.436
<u>Exclusões</u>	
Reversão de PECLD	(9.195)
Reversão de Provisão para Contingências	(60.852)
Total das Exclusões	(70.047)
<u>Lucro/(Prejuízo) Ajustado</u>	217.798
Compensação de Prejuízos Fiscais	(65.339)
Lucro Real	152.459
IRPJ	22.869
Adicional de IRPJ	15.228
Provisão para o IRPJ	38.097
Provisão para a CSLL	13.721

25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023.

Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria CDRJ, apesar de haver saldo anterior inscrito em Dívida Ativa da União e negociado.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer
Contrato nº 018	1.171 mil	9.368 mil
Contrato nº 026	4.276 mil	34.208 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.319 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 159.803 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório, assinado em 18 de agosto de 2022, com prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da empresa as parcelas referentes às partes fixa e variável do arrendamento, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No 3º trimestre de 2022, o valor total faturado foi de R\$ 7.402 mil (R\$ 8.245 mil no 3º trimestre de 2021).

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:
Advocacia-Geral da União - AGU
Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT
 Ministério da Infraestrutura – MINFRA
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
 Prefeitura Municipal de Japeri

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 1.200 mil (R\$ 2.700 mil no 3º trimestre de 2021) e valor médio mensal foi de R\$ 400 mil (R\$ 900 mil no 3º trimestre de 2021).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba, no Município de Itaguaí.

Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. No 3º trimestre de 2022, houve a reclassificação do valor para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 30/09/2022 era de R\$ 56.920 mil (R\$ 53.115 mil em 30/09/2021).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	30/09/2022	30/09/2021
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	268.094,32	196.004,25
Remuneração variável	96.436,03	87.990,99
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	0,00	0,00
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	0,00	0,00

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	30/09/2022	30/09/2021
Conselho de Administração	67.345,74	59.862,88
Conselho Fiscal	44.897,16	44.897,16
Comitê de Auditoria Estatutário	33.672,87	33.672,87

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	30/09/2022		30/09/2021	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	37.974,29	33.133,09	37.849,24	45.169,38
Menor Remuneração	7.746,87	1.051,40	7.578,07	1.822,74
Remuneração Média	22.847,08	9.061,99	22.737,50	12.143,81

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em xx de xxxxxxxx de 202x.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

LUIZ F. WALTHER DE ALMEIDA
DIRETOR
CPF Nº 415.832.307-00

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ
DIRETOR
CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-6
CPF Nº 080.022.657-77